INDÚSTRIA FARMACÊUTICA DE PESQUISA

INTERFARMA

Renato Porto | presidente-executivo

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO

01 Como a entidade avalia a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e quais são as principais expectativas do setor que representa em relação à condução das políticas públicas de saúde e ao ambiente de negócios nos próximos quatro anos?

A Interfarma mantém diálogo com o poder público, independentemente do governo, e entende que a saúde deve ser tratada como política de Estado, com continuidade, planejamento de longo prazo e compromisso com resultados concretos para a população brasileira.

O Brasil reúne condições para se consolidar como um polo estratégico de inovação em saúde, mas ainda enfrenta desafios importantes relacionados ao acesso a novas tecnologias, à previsibilidade regulatória, ao financiamento do sistema e à segurança jurídica para investimentos. Nesse sentido, a expectativa é que o próximo ciclo de governo avance na construção de um ambiente que estimule a inovação, fortaleça a capacidade científica e tecnológica nacional e assegure que os avanços da medicina cheguem aos pacientes de forma mais ágil e equitativa.

Entre as prioridades estão a redução do tempo entre a incorporação de medicamentos ao SUS e sua efetiva disponibilização, o fortalecimento da Anvisa, da Conitec e do INPI, a consolidação do novo marco legal da pesquisa clínica e o aprimoramento dos mecanismos de financiamento e negociação de tecnologias inovadoras.

Também é fundamental garantir um ambiente de negócios estável, com segurança jurídica, respeito à propriedade intelectual, previsibilidade regulatória e políticas que estimulem investimentos de longo prazo em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

A Interfarma acredita que o diálogo entre governo, setor produtivo, comunidade científica e sociedade é essencial para construir soluções sustentáveis.

02 Quais são as três principais demandas que a entidade pretende apresentar ao governo federal para o mandato de 2027 a 2030? Que medidas considera mais urgentes para assegurar a sustentabilidade econômica, ampliar o acesso da população à saúde e estimular investimentos no setor?

A Interfarma considera que o próximo ciclo de governo representa uma oportunidade para transformar o potencial brasileiro de inovação em saúde em benefícios concretos para a população. Na Carta aos Presidenciáveis 2026, a entidade apresenta uma agenda estruturada em quatro pilares: acesso à saúde, inovação e desenvolvimento, ambiente institucional e responsabilidade social e integridade. Dentro dessa agenda, destacamos três prioridades centrais.

A primeira é ampliar e acelerar o acesso da população a medicamentos e tecnologias inovadoras. Atualmente, segundo levantamento apresentado pela Interfarma, o tempo médio entre a incorporação de um medicamento ao SUS e sua efetiva disponibilização aos pacientes é de 37 meses, embora a legislação estabeleça um prazo de até 180 dias. Reduzir esse intervalo exige maior integração entre a Conitec e os gestores do SUS, modernização dos mecanismos de negociação e financiamento e maior previsibilidade orçamentária. Essas medidas também são fundamentais para enfrentar a judicialização da saúde, que muitas vezes decorre da dificuldade de acesso a tratamentos já incorporados.

A segunda prioridade é consolidar o Brasil como um polo global de pesquisa clínica e inovação farmacêutica. Segundo dados preliminares do primeiro trimestre de 2026, apresentados pela Interfarma, o país chegou a ocupar a 12ª posição no ranking mundial de estudos clínicos iniciados. A consolidação do marco legal da pesquisa clínica, o fortalecimento da Anvisa e a redução dos prazos regulatórios são fundamentais para ampliar essa competitividade. Também é necessário fortalecer a proteção à propriedade intelectual, reduzir o estoque de pedidos de patentes pendentes de análise e estabelecer mecanismos de proteção de dados regulatórios, oferecendo maior segurança jurídica aos investimentos de longo prazo.

A terceira prioridade é construir um ambiente institucional e econômico mais previsível e sustentável. Isso envolve assegurar autonomia técnica e financeira às agências reguladoras, aprimorar os mecanismos de negociação e financiamento de medicamentos e tecnologias, com previsibilidade e critérios claros, garantir uma transição tributária que preserve as condições de acesso e competitividade do setor e desenvolver modelos de financiamento capazes de acompanhar a evolução das necessidades de saúde da população.

Essas prioridades são complementares. Um ambiente favorável à inovação estimula investimentos, gera empregos qualificados e amplia a capacidade científica e tecnológica do país. Ao mesmo tempo, um sistema de saúde sustentável precisa ser capaz de transformar esses avanços em acesso efetivo. Para a Interfarma, o desenvolvimento do setor deve caminhar junto com a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

03 Que decisões concretas o próximo governo deveria tomar já em 2027 para atender às necessidades do segmento? Quais mudanças regulatórias, tributárias, de financiamento ou de políticas públicas são consideradas fundamentais e que resultados a entidade espera alcançar até 2030?

O próximo ano deve ser marcado pela implementação de medidas concretas que permitam transformar as diretrizes de inovação, acesso e sustentabilidade em resultados.

Uma das primeiras decisões deve ser estabelecer metas para reduzir o tempo entre a incorporação de medicamentos ao SUS e sua efetiva disponibilização, aproximando-o do limite legal de 180 dias. Isso exige maior integração entre avaliação, negociação, financiamento e implementação, ampliação dos acordos de acesso gerenciado e previsibilidade orçamentária para novas tecnologias. Também é fundamental dar clareza e transparência à interlocução entre a Conitec e o Comitê de Negociação, definindo as situações em que poderá ser adotado o preço silenciado.

Na área regulatória, o governo deve priorizar o fortalecimento institucional da Anvisa e da ANS, garantindo autonomia técnica e financeira, recomposição de equipes especializadas e modernização dos processos de análise. A consolidação da Lei nº 14.874/2024, que estabelece o marco legal da pesquisa clínica, também deve estar entre as prioridades, permitindo que o Brasil amplie sua participação nos estudos internacionais e atraia investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Também consideramos fundamental avançar na segurança jurídica e na proteção da inovação. Isso inclui reduzir o estoque de pedidos de patentes pendentes de análise no INPI, prever em lei um mecanismo de recomposição do prazo de vigência das patentes em situações excepcionais nas quais fique comprovado, em processo administrativo regular, que o atraso decorreu exclusivamente da administração pública, e estabelecer um regime de proteção de dados regulatórios para medicamentos inovadores. Também é importante assegurar que eventuais mudanças nas regras de precificação de medicamentos sejam precedidas de avaliação de impacto regulatório, consulta pública e diálogo técnico.

Na área tributária, a transição para o novo sistema de tributação sobre o consumo deve preservar o tratamento diferenciado de medicamentos e insumos de saúde, com regras claras e avaliação dos impactos sobre preços, acesso e competitividade. É essencial evitar que a implementação da reforma

tributária produza custos adicionais que comprometam o acesso da população ou a atratividade do Brasil para investimentos.

Até 2030, a expectativa é que o país tenha avançado significativamente na redução dos tempos de acesso, no fortalecimento das instituições reguladoras, na modernização dos mecanismos de financiamento e na ampliação de sua competitividade internacional em pesquisa clínica. O Brasil tem potencial para alcançar a 10ª posição no ranking mundial de estudos clínicos iniciados, o que poderia representar cerca de R$ 2,1 bilhões anuais em investimentos diretos, R$ 6,3 bilhões em impacto econômico anual e benefícios diretos para 286 mil pacientes.

Para a Interfarma, o principal resultado esperado é que o Brasil consiga transformar seu potencial científico, econômico e industrial em acesso mais rápido a tratamentos, maior atração de investimentos e um sistema de saúde mais eficiente e sustentável. Inovação e acesso precisam avançar juntos, porque o verdadeiro valor do desenvolvimento científico está nos benefícios que ele proporciona à vida das pessoas.